



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS-PORTUGUÊS

MARIA EDUARDA EVANGELISTA LEAL

**UMA LEITURA DO ANALFABETISMO DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO**

Picos - Piauí.

2025

MARIA EDUARDA EVANGELISTA LEAL

**UMA LEITURA DO ANALFABETISMO DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ludmila Santos Andrade

Picos - Piauí.

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí Biblioteca
José Albano de Macêdo

L435I

Leal, Maria Eduarda Evangelista.

Uma leitura do analfabetismo do brasil: [recurso eletrônico] uma proposta de intervenção / Maria Eduarda Evangelista Leal – 2025.
31 f.

1 Arquivo em PDF.

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo, CSHNB. Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura em Letras, Picos, 2025.
“Orientadora: Prof.^a Dra. Ludmila Santos Andrade”.

1. Analfabetismo. 2. Curso de letras. 3. Tecnologias. I. Leal, Maria Eduarda Evangelista. II. Andrade, Ludmila Santos. III. Título.

CDD 370

Elaborada por Maria Letícia Cristina Alcântara Gomes Bibliotecária

CRB nº 03/1835



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos **oito** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, a partir das **quinze** horas, via *Google Meet*, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante **Maria Eduarda Evangelista Leal** com artigo intitulado: **“Uma leitura do analfabetismo do Brasil: uma proposta de intervenção”**. Os trabalhos foram instalados pela orientadora, **Profa. Dra. Ludmila Santos Andrade** (Presidente da banca), com a participação dos demais membros da banca examinadora: **Profa. Ma. Nayara Cristina Rodrigues de Andrade Silva** (Primeira avaliadora), **Dra. Analice Sousa Gomes** (Segunda avaliadora). Durante a arguição foram registradas as seguintes ocorrências: a presidente da banca apresentou as avaliadoras e a estudante que procedeu a apresentação do artigo, a seguir a banca avaliadora realizou questionamentos e sugestões para revisão e alteração do título. A banca examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento do artigo tendo sido a candidata **Aprovada** pelos seus membros. As seguintes notas foram atribuídas: **8,5 (oitenta e cinco)**; **8,5 (oitenta e cinco)** e **8,5 (oitenta e cinco)**. Apuradas as notas verificou-se que a aluna foi aprovada com média geral **8,5 (oitenta e cinco)**. Proclamados os resultados pela presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos membros da banca, aos **oito** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e vinte e cinco**.

Picos, 08 de julho de 2025.

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora:

Presidente da banca Profa. Dra. Ludmila Santos Andrade

1ª Examinador Profa. Dra. Analice Sousa Gomes

2ª Examinador Profa. Ma. Nayara Cristina Rodrigues de Andrade Silva

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	6
2.PERCURSO METODOLÓGICO.....	7
3.ANALFABETISMO NO BRASIL: UM PERCUSO HISTÓRICO	9
3.1.Contexto atual do analfabetismo no Brasil.....	15
4.O USO DAS REDES SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	18
4.1.Cibercultura e letramento digital.....	23
5.POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO AO ANALFABETISMO FUNCIONAL ...	25
5.1.Uma sugestão do uso de aplicativos móveis para a redução do analfabetismo funcional no Brasil.	26
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

UMA LEITURA DO ANALFABETISMO DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Maria Eduarda Evangelista Leal¹

Ludmila Santos Andrade²

Resumo: A pesquisa em questão apresenta uma leitura das discussões de autores sobre o analfabetismo presente no cenário brasileiro e no seu percurso histórico, além de buscar, através do diálogo entre teóricos, possíveis formas de inserir o letramento no mundo tecnológico. Os objetivos desse trabalho, surgiram sob a necessidade de compreender a questão do analfabetismo no Brasil e verificar a possibilidade de intervenção por meio dos aspectos positivos trazidos pelas novas tecnologias. Dessa forma, o trabalho está ligado ao campo da educação, sendo de natureza teórica com a abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico interpretativa. A partir das leituras teóricas e da análise do diálogo entre as concepções dos autores, foi viável apontar que é possível, a partir das novas tecnologias da informação e acesso à internet, propiciar momentos de aprendizagem para pessoas que ainda precisam alcançar a alfabetização, possibilitando assim o processo ensino-aprendizagem para que o Brasil possa cada vez mais diminuir o percentual de analfabetismo.

Palavras-chave: Analfabetismo; Ensino; Tecnologias.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir o analfabetismo no Brasil, levando em consideração o percurso histórico, bem como um panorama do uso das redes de informação pela sociedade brasileira e as possibilidades de minimizar o analfabetismo por meio da *internet*. As áreas de estudos envolvendo esse projeto é o ensino de línguas, por apresentar possíveis formas de inserir o letramento no cotidiano da sociedade, a linguística, por possuir em suma teorias capazes de explicar os conceitos relacionados ao analfabetismo e letramento, e obtêm respostas que expliquem as possíveis causas disso se perpetuar pela sociedade, para que seja possível discutir formas de complementar o ensino público. Esse tema surgiu sob a necessidade de se ter mais estudos que pretendam facilitar a comunicação entre os falantes da Língua Portuguesa por meio dos benefícios presentes nessa rede informacional extensa, que é tão acessada em nessa

¹ Graduanda do curso de Letras Português na Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: mariaeduardameel@ufpi.edu.br.

² Doutora em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunta na Coordenação de Letras da Universidade Federal do Piauí no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos, Piauí. E-mail: ludmila.andrade@ufpi.edu.br.

sociedade, apresentando, assim, possíveis soluções que incentivam a aprendizagem em massa no país.

Assim como no surgimento da Linguística Aplicada (LA), a sociedade ainda vive a mercê de guerras, não em guerras mundiais, mas em guerras virtuais, isso surge através de uma má interpretação de fatos expostos nas redes de informações. Na LA, parafraseando o seu percurso histórico, é deparado com um surgimento em uma situação de segunda guerra mundial –Pearl Harbor–, a qual por um erro linguístico, não foi possível identificar o ataque inimigo, e dessa forma foi preciso criar uma ciência voltada ao ensino de línguas, que visava estudar a língua com contextos de aplicações e não só com a decodificação, para que assim no futuro não se repetisse esses mesmos erros do passado (Rizzatti; Koerich; Dellagnelo, 2008).

Dessa forma, o referencial teórico é dividido em algumas seções, a primeira discute sobre o contexto histórico educacional, na qual se busca através da história do Brasil um percurso do analfabetismo presente em cada período importante até a contemporaneidade. Na segunda seção, faz um apanhado sobre o uso da internet pela população, na qual visa conceituar alguns segmentos presente nessa rede de informação, além de analisar alguns aspectos positivos e culturais que foram surgindo com a revolução tecnológica. Como intervenção, a terceira seção, sugere algumas formas de se utilizar os aspectos tecnológicos para o ensino, buscando relacionar e inserir a educação nas tecnologias.

A pesquisa em questão, foi desenvolvida através de teorias, tendo como principais teóricos: Magda Soares (2018), Pierre Lévy (1999), Souza e Santos (2019) e Roxane Rojo (2015). Além de selecionar três artigos base: *Contexto histórico da educação brasileira; Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa; Aplicativos móveis para a alfabetização e letramento no contexto do ensino fundamental*; Esses artigos foram encontrados nos sites: Periódicos da CAPES e no SciELO. Ademais, tem como embasamento uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Os resultados que foram alcançados através dessa pesquisa, foi uma construção dialógica entre ideias e o estabelecimento de ligação entre o ensino de línguas, a internet e o conhecimento de mundo, para que assim seja possível tornar o Brasil um país democrático e pacífico.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo tem o campo de pesquisa voltado as questões sociais na educação, pela tentativa de relacionar os atos sociais com a aprendizagem, sendo assim também focado nos

impactos que as redes sociais têm com o analfabetismo presente no Brasil. Quanto a natureza da pesquisa é a teórica, por ser um trabalho que não visa uma emergência em ser aplicada na sociedade, mas que serve para abordar novas pesquisas que vão encaminhá-la à uma aplicação futura. Em relação a abordagem, é qualitativa por não se basear em quantificações, mas sim pela visão de sujeito e com foco indutivo. O procedimento é considerado como uma pesquisa bibliográfica, por se utilizar de documentos como livros e artigos para estabelecer uma relação teórica e conceitual entre as concepções dos autores em discussão.

Como ponto de partida ao iniciar essa pesquisa, foi escolhido o tema principal, para que fosse possível guiar os rumos que teria esse trabalho, e a partir disso foi criada a pergunta problema: De que modo é possível amenizar o analfabetismo por meio dos aspectos positivos trazidos pela internet?

Após decidir a pergunta problema, foi possível estabelecer o objetivo geral: Compreender de que forma o ensino pode ser inserido na internet para a complementação do letramento já presente em sala de aula. Com isso, foi destrinchado a essência de como o trabalho deveria alcançar esse objetivo, então, foi gerado quatro objetivos específicos sendo eles: Apresentar o conceito de analfabetismo e as pesquisas que apontam o número de analfabetos presentes no Brasil; Investigar de que forma a falta de letramento pode prejudicar as pessoas dentro e fora das redes sociais; Evidenciar as formas em que o analfabetismo se apresenta na internet e no convívio e interação social; Pesquisar formas de utilizar os aspectos positivos da internet para ser promovido o letramento no combate ao analfabetismo.

Assim que o tema e os objetivos foram pré-estabelecidos, as pesquisas iniciaram, a partir do site: SciELO, para buscar artigos e autores que tivessem ideias para enriquecer essa pesquisa, utilizando as palavras-chaves: Analfabetismo, Letramento, Internet, Aplicativos e Blogs. O critério de escolha foi para os artigos que contivessem conceitos de analfabetismo e de internet, além de formas de utilizar o meio digital para a promoção do letramento.

Com isso, ao encontrar e estudar esses artigos, foi-se em busca dos autores citados nesses trabalhos, em que tivessem pesquisas relacionadas ao tema, desses autores, alguns escolhidos foram: Magda Soares (2018), Pierre Lévy (1999), Souza e Santos (2019) e Roxane Rojo (2015).

A partir da seleção desses autores e de seus trabalhos, iniciou-se a escolha de sites de pesquisas sociais em que destacavam os percentuais de analfabetismo no Brasil, esses sites são oficiais dos institutos: IBGE e INAF. Houve sites de notícia como o G1 e sites que mostravam percentuais de dado relacionado ao analfabetismo, um deles é o DataReportal. Além de utilizar sites do Governo Federal, ao pesquisar dados da Constituição Federal (1988). A partir disso, foi

verificado a veracidade desses fatos, em sites seguros. E com isso foi feito uma análise complementar entre os autores para ser construído o referencial.

Passado o período de análise, foi construído um projeto de pesquisa, como forma primária de se obter um resultado e de planejar a composição desse artigo. A partir desse projeto, foi possível compreender as necessidades que devem ser discutidas e acolhidas por esse estudo. Em seguida, foi escolhido o sumário, com o intuito de nortear a progressão da pesquisa. Com essa parte concluída, foi possível investigar novas referências da área da linguística e do ensino, sendo elas: notícias pertinentes, autores renomados, artigos e livros.

Com todos esses passos, esse trabalho foi construído de forma escrita, buscando alcançar os objetivos e diálogos entre os autores selecionados, além de buscar reflexões e estratégias que possam contribuir com o processo de alfabetização. Portanto, esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento do analfabetismo e de como usar a internet de forma estratégica, para fins complementar da sala de aula. Esse trabalho terá como foco a aplicação para pessoas que não conseguiram até então alcançar o letramento pleno, sendo sugerido, também, livremente para a população.

3. ANALFABETISMO NO BRASIL: UM PERCUSO HISTÓRICO

Partindo da premissa da alfabetização, Freire (1996) destaca que é importante uma alfabetização que possibilita ler a realidade, ao invés de só a decodificação da língua, pois, ela vai compreender o seu contexto e vai poder buscar muda-la. Com base nessa teoria, Soares (1998) compreende, também, que o letramento ultrapassa as limitações do básico de saber ler e escrever, porque nela abarca os diversos formatos que a linguagem se manifesta nas distintas estruturas sociais.

A partir das discussões anteriores, Araujo et al. (2024, p. 3) destaca a diferença entre a alfabetização e o letramento, na qual explica que a alfabetização tem ênfase no ensino das habilidades básicas de leitura e escrita, na qual a partir disso, o ser alfabetizado consiga ter acesso a informações e se comunicar de forma participativa no mundo social. Enquanto que no letramento, é ampliado as possibilidades do uso da escrita e da leitura nos contextos sociais, como para participação cívica, em pesquisas de conhecimentos, e interação intercultural.

Contudo, é compreensível que a alfabetização é voltada para o analfabetismo absoluto – não saber ler e escrever – e o letramento tem sua função direcionada ao analfabetismo funcional – saber ler e escrever, mas não saber interpretar-. Sendo assim, esse segundo termo

será a capacidade do indivíduo de carregar consigo a leitura e a escrita para fins além do texto, e servindo também como um meio termo entre o “analfabetismo absoluto” e o “domínio pleno e versátil da leitura e da escrita” (Ribeiro, 1997).

Porém, essa pesquisa, não busca abordar diretamente o analfabetismo funcional. Ela busca evidenciar e criar possibilidades enfatizando o analfabetismo absoluto. Na qual é denominada pela UNESCO como “a incapacidade de compreender uma declaração curta e simples sobre a vida cotidiana.”, isto é, quando não se tem um domínio das habilidades da escrita e da leitura.

Com esses conceitos, é possível afirmar que o contexto educacional brasileiro apresenta falhas que são notadas no cotidiano da sociedade como um todo, esses problemas em relação à educação é reflexo de um processo de escolarização perpassado pela colonização.

Na colonização, em meados dos anos de 1500 até 1822, a educação era uma necessidade para a catequização e colonização dos indígenas e pessoas africanas, para que através disso os europeus pudessem ter o controle da mão de obra dessas pessoas que muitas vezes eram escravizadas e dominadas. Devido a isso, foi criada a Companhia de Jesus, com a presença dos Jesuítas, que tinham uma educação que visava a obediência e evitava a criticidade formando assim um ser humano “alheio à realidade na vida da colônia” (Sousa; Santos, 2019).

Sobre as práticas de ensino dos jesuítas, Braggio (1992, p. 11) revela que “ênfatisa-se a gramática e deixa-se de lado o componente semântico/pragmático, o significado, o significado no contexto, o discurso (ensina-se desde o início divisão silábica, feminino e plural de nomes, etc.);” ou seja, essa prática de ensino em relação à alfabetização e ensino de língua materna visava apenas a decodificação das letras e palavras, e não uma compreensão e interpretação global, excluindo-se o entendimento do uso pragmático e o contextual.

Contudo, no Brasil a educação foi sendo instrumentalizada para servir apenas a uma elite econômica, desse modo a educação passou a ser considerada como uma forma de ascensão social. Isso fica explícito no trecho a seguir:

A obra educativa dos jesuítas, que estava integrada à política colonizadora e durante pouco mais de dois séculos foi responsável quase exclusiva pela educação no Período Colonial, além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio à realidade na vida da colônia, foi aos poucos se transformando numa educação de elite e, conseqüentemente, num instrumento de ascensão social. (Sousa; Santos, 2019).

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham acesso aos estudos, pois ao invés de estudarem, eles trabalhavam para garantir a sobrevivência. Isso acontecia por causa que seus

trabalhos eram braçais, ou seja, os estudos não seriam uma opção para garantir um trabalho ou dar acesso a um pensamento crítico. Contudo se percebe que isso não era acessível para a classe trabalhadora.

Desse modo, é possível afirmar que a Companhia de Jesus cuidava prioritariamente da catequização e da instrução dos indígenas, a escolarização estava disponível apenas para pessoas da alta sociedade, enquanto isso a maioria da população não tinha acesso a instrução por meio da escolarização. A partir disso, Sousa e Santos (2019, p. 1) conclui:

O ensino não poderia interessar à grande massa pobre, pois não apresentava utilidade prática para uma economia fundada na agricultura e no trabalho escravo; o ensino jesuítico só poderia interessar àqueles que não precisavam trabalhar para sobreviver. A Companhia de Jesus, que tinha inicialmente em seus objetivos catequizar e instruir o índio, de acordo com o *Ratio*, foi aos poucos se configurando como um forte instrumento de formação da elite colonial, ficando os indígenas e as classes mais pobres à mercê da instrução.

Tendo em vista como se configurava a educação no Brasil inicialmente, já se compreende que a grande maioria dos habitantes não tiveram acesso a uma alfabetização, e aqueles que acessavam os anos iniciais da escolarização, não conseguiam desenvolver uma leitura crítica da realidade ao seu redor, já que a educação não propiciava que desenvolvessem questionamentos diante das questões que envolviam aquela sociedade.

Já no Período Imperial, que se passa de 1822 até 1889, a educação tomou um rumo diferente, pois precisavam focar em formar uma classe dirigente, já que a família Real agora vivia no Brasil, por isso houve uma tentativa de criar o ensino superior no país. Com base nisso, Piletti (1991) critica essa iniciativa de criar um ensino superior sem antes ampliar e melhorar o ensino na educação básica, como é possível ler a seguir:

ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (Piletti, 1991, p. 41).

Em suma, não era reconhecida a necessidade da alfabetização. Por consequência disso, não era prioridade a criação e ampliação do acesso à educação básica, ou de pelo menos a reestruturação de um sistema educacional de diferentes graus ou níveis de ensino. Isso resulta na criação de um ensino cada vez mais excludente, uma vez que somente quem poderia cursar o ensino superior fosse quem tivesse sido alfabetizado. Sendo que naquele momento histórico os únicos alfabetizados faziam parte da elite, da família dos colonizadores. Com isso, a maioria

da sociedade, sendo a classe trabalhadora e mais pobre não tinham a oportunidade de estudarem e conseqüentemente de se ascenderem socialmente, vivendo sempre à mercê da elite econômica e intelectual vigente daquele momento.

Após a promulgação da primeira Constituição Brasileira, ficou garantido o ensino primário gratuito a todos, isso em seu art.179. Sobre isso Sousa e Santos (2019, p. 2) informam também:

O Ato Adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso do ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico e gerando um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação, voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

Dessa forma, mesmo que o ensino fosse gratuito a todos, ele foi descentralizado, no qual, embora, tenha sido aparentemente bem elaborado, o fato de não dar condições suficientes para as “províncias” se organizarem, foi um fator que não permitiu um real acesso às “classes populares”, ficando novamente prejudicada e sem oportunidade de ter acesso a escolarização. Para eles restava apenas o ensino profissionalizante e muito precário ainda como afirmam os autores supracitados.

Em relação à Primeira República, entre os anos 1889 e 1930, o ensino continuava desigual entre o proletariado e a elite, porém tiveram algumas tentativas de organização da estrutura educacional, entretanto todas elas foram temporárias. Houve tentativas de melhorar o sistema, mas o problema mesmo estava na base educacional que continuava sempre a mesma, assim como argumenta Sousa e Santos (2019).

Em 1891, na Constituição Federal, o governo federativo descentralizou o ensino, se responsabilizando apenas pela educação secundária e o superior, deixando a mercê dos estados o ensino primário. Isso dava mais autonomia aos estados para tomar suas próprias decisões quanto ao ensino e implementação de ideias para melhorias.

Embora essa lei tenha sido bem elaborada no papel, a execução não foi favorável para a população mais carente, pois os estados mais pobres viviam somente na esperança de serem lembrados e auxiliados financeiramente. Todas essas questões influenciaram para que o analfabetismo continuasse presente no Brasil afetando a grande maioria da população brasileira. Posto isso, Romanelli (1978, p. 43) comenta:

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”.

A partir da revolução dos 30, no ano de 1930, o acesso ao ensino foi ampliado, pois o Estado brasileiro percebeu sua importância para a sociedade. Por causa disso, foi criado em 1931, no Decreto nº 19.850, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, o Estado acatou a ideia de a educação ser obrigatória, gratuita e laica. Sobre isso, Romanelli (1979, p. 147-148) explica:

[...] o manifesto sugere em que deve consistir na ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação [sic]. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.

Nesse período surgiram várias discussões para que dessem origem à Constituição de 1934, que tinha como intuito organizar a educação do Brasil. Contudo, o governo se atribuiu funções importantes como “a função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização” (Piletti, 1991, p. 81-82).

Junto com o Estado Novo, houve a promulgação da nova Constituição de 1937, que apresentou retrocessos na educação, pois, os ensinos públicos e privados estariam disponíveis, novamente apenas para a elite, enquanto que para a classe trabalhadora só haveria a possibilidade do ensino profissionalizante, focando apenas na produção e preparação de mão-de-obra e não em uma formação filosófica e humana, parafraseando Sousa e Santos (2019).

No Governo Populista, outra Constituição é promulgada em 1946, nesta buscou-se o resgate de muitos pontos positivos da Constituição de 1934, voltando então para a premissa da educação como “direito de todos”, que dessa vez estava presente no art. 166 da Constituição de 1946. Para organização da educação e dos processos de escolarização e formação em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Contudo, Sousa e Santos (2019, p. 3) explicam que:

Até a aprovação da LDBEN/61 transcorreu um período de 13 anos (1948-1961). Durante esse período, a luta pela escola pública gratuita intensificou-se. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam a

ampliação e a melhoria do atendimento escolar, para que de fato a norma constitucional “a educação é um direito de todos” fosse consolidada.

Entretanto, a partir de 1964 até 1985 que compreende o período da Ditadura Militar no Brasil, o ensino foi posto em declínio novamente, uma vez que esse regime foi marcado pela “repressão”. Além disso, o ensino foi privatizado, pois o foco era priorizar a educação da elite, enquanto para a população da classe trabalhadora só existia o acesso ao ensino profissionalizante e técnico, focando inteiramente na construção de mão-de-obra para suprir a carência no mercado. Ou seja, “A educação passou a atender o regime vigente que de modo geral visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante de todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas.” (Sousa; Santos, 2019, p.3).

Na lei nº 5.540/68, que foi promulgada durante o período da ditadura, houve a implementação de uma reforma no ensino superior, reforma essa que impedia o acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior. Algumas medidas que aprofundavam as desigualdades em relação ao ensino superior foram: o exame classificatório e um modelo empresarial para a universidade. (Sousa; Santos, 2019, p.3).

A partir dos fatos elencados neste panorama histórico da educação no Brasil, compreende-se os altos e baixos vivenciados na educação brasileira, em alguns momentos houve avanços importantes, entretanto, esses mesmos avanços posteriormente foram cortados, havendo também grandes retrocessos.

Ao observar esses fatos é possível notar um denominador comum, qualquer retrocesso sempre atingia primeiramente as classes trabalhadoras e mais vulneráveis na sociedade, causando assim sempre um aumento nos índices de analfabetismo e deixando essas pessoas sempre à margem da sociedade sem acesso a direitos básicos, um exemplo dessa exclusão imposta aos analfabetos se trata da impossibilitadas até mesmo de votar, o que perdurou até a promulgação da Constituição de 1988.

Com isso, é preciso destacar que o analfabetismo afeta não somente a pessoa em si, mas o país como um todo, pois é algo que afeta tanto individualmente quanto coletivamente uma sociedade. Em muitos momentos desse percurso a educação foi usada como arma contra o povo, justamente para não haver acesso à criticidade e ao ato de questionar em prol de transformar o país e lutar pelos seus direitos. Sobre isso, Paulo Freire (1979, s/p) explicita “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, mas sem acesso a escolarização e uma educação de qualidade, como essas pessoas podem transformar o mundo e lutar pelos seus direitos?

3.1. Contexto atual do analfabetismo no Brasil

Nas últimas décadas, a educação apresentou grandes mudanças no Brasil. Um exemplo é o modo como a nova Constituição de 5 de outubro de 1988, aborda e garante a educação como um direito de todos sem distinção de raça, classe social, credo ou qualquer outra questão. Isto fica explícito no Art. 205 da Constituição Federal (1988, s/p): “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A partir do que determina a Constituição de 1988, foi criada a Lei nº 9.394, em 1996, que consiste na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que cria meios para a execução do que a Constituição prevê. Desse modo à luz da Constituição, a LDB assegura uma educação de qualidade, que visa formar integralmente o cidadão e a “sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.” (Sousa; Santos, 2019, p. 4).

O ano de 1996, foi marcado também pela criação do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que serviu como base para a orientação do ensino na educação básica. Entretanto, mesmo com tantos avanços alguns problemas estruturais permanecem presentes na sociedade brasileira, como o analfabetismo, sobre isso Sousa e Santos (2019, p. 4) consideram:

Por mais que se tenha evoluído, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo significativamente para a formação de seres passivos, eximindo-se de compromisso de formar sujeitos, cidadãos ativos e conscientes. Por ser incapaz de organizar e ampliar a consciência crítica dos estudantes, essa educação se faz uma inutilidade formal, ainda que cheia de discursos sobre a importância e o valor do conhecimento crítico e de atenções para fazer uma educação política.

Diante do exposto, é preciso compreender que mesmo com tantos avanços na educação, ainda há problemas a serem enfrentados, ainda mais porque muitas vezes é desconsiderado e não valorizado a leitura a partir do desenvolvimento do senso crítico. Isto é, o aluno pode até aprender a ler e escrever, e deixar de ser analfabeto, porém não consegue entender ou interpretar as informações implícitas de um texto e nem a intencionalidade do autor.

Na contemporaneidade, existem vários programas que amparam o sistema educacional no Brasil, e o faz por meio do financiamento ou criação de estruturas adequadas para a ampliação e sustentação do sistema educacional, isso acontece por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que financia e possibilita a criação de outros programas de incentivo à educação, dentre eles, Sousa e Santos (2019, p. 4) destacam:

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM); Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA); e Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), entre outros.

Esses programas são de suma importância na aprendizagem do aluno, mesmo que indiretamente. Como exemplo, os livros didáticos são auxiliares essenciais para a alfabetização e a biblioteca possibilita o acesso à leitura, pois, de acordo com Menezes (2020) para que seja amenizado o analfabetismo, é preciso que se tenha investimentos em políticas que visem uma educação com qualidade, e que permita o acesso equitativo de estruturas estudantis adequadas, material didático, bem como acesso aos livros.

No ano de 2007, o Brasil teve dois avanços marcantes, um foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que é o maior fundo monetário voltado à educação, e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que visa na criação de programas para suprir as carências presentes na educação do Brasil.

No tocante ao que se pode assegurar da educação brasileira, é que atualmente, há um alto investimento e preocupação com a ampliação do acesso e melhoria da qualidade do ensino, entretanto de acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, a taxa do analfabetismo absoluto ainda permanece em 7,0%, embora tenha diminuído desde o censo de 2010 que constava em 9,6%. Essa diminuição, provavelmente foi resultado dessas políticas públicas que só vem crescendo. Mesmo que tenha diminuído, é preciso levar em consideração que essa porcentagem ainda existe, logo, é necessário buscar cada vez mais a diminuição, pois ainda é 11,4 milhões de pessoas sendo excluídas socialmente por serem analfabetos absolutos. Além disso, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF, instituiu, também, que 7% da população brasileira é analfabeto absoluto.

Sendo assim, o analfabetismo ainda é um dos pontos mais preocupantes nas últimas décadas em relação à educação nesse país, pois, embora tenha acontecido essa diminuição do analfabetismo de 2010 a 2022, ainda existem 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, algumas dessas só conseguem ler e compreender um pequeno bilhete, de acordo com o censo de 2022 do IBGE. A partir desse assunto, Soares (2004, p. 9) explica que

É verdade que não se denuncia um fato novo: fracasso em alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo insistentemente há muitas décadas; hoje, porém, esse fracasso configura-se de forma inusitada. Anteriormente ele se revelava em avaliações internas à escola, sempre concentrado na etapa inicial do ensino fundamental, traduzindo-se em altos índices de reprovação, repetência, evasão; hoje, o fracasso revela-se em avaliações externas à escola – avaliações estaduais (como o SARESP, o SIMAVE), nacionais (como o SAEB, o ENEM) e até internacionais (como o PISA).

A autora sintetiza que o analfabetismo era evidenciado somente na escola, principalmente nos anos iniciais, e com isso os alunos eram reprovados, repetiam ou abandonavam os estudos. Porém, ultimamente, com as novas avaliações externas, é reconhecido fora do ambiente escolar. Portanto, o analfabetismo existe, e tem-se tornado motivo de uma grande preocupação, pois, as avaliações externas não dão conta da sua amplitude. Sobre isso Soares (2004, p. 9) afirma: “[...] e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura, denunciam os grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização.”

Contudo, ela explicita que os resultados dessas avaliações só demonstram um impacto nos números de analfabetos presentes na educação brasileira, que não conseguiram acompanhar em aprendizagem o nível escolar em que se encontram, assim não acompanham a aprendizagem exigida em cada série. Ademais a autora levanta a hipótese: “[...] é que a perda de especificidade do processo de alfabetização, nas duas últimas décadas, é um, entre os muitos e variados fatores, que pode explicar esta atual “modalidade” de fracasso escolar em alfabetização.” (Soares, 2004, p. 9).

Tendo isso em vista, se tem a compreensão de que a alfabetização que antes tinha sua importância e seus próprios objetivos dentro do ensino, na atualidade, se perdeu em conjunto com a autonomia dos professores, devido ao excesso de avaliações externas e a padronização de materiais impostos, sem que tenham em consideração o contexto escolar e a necessidade de cada aluno. Isso implica aos estudantes a falta de oportunidade de assistir aulas preparadas diretamente pelo professor, que as adaptariam a necessidade e a preparação de cada um. Contudo, Soares (2004), destaca “variados fatores”, e um desses fatores pode-se incluir a nova política de ensino que obriga o professor a aprovar o aluno que não está preparado para o próximo nível educacional.

Contudo, Luckesi (2005, p. 19) afirma que “a prática do exame, devido a operar com os recursos de aprovação/reprovação, obrigatoriamente conduz à política da reprovação, que tem se manifestado como o mais consistente alibi para o fracasso escolar”. Desse modo, é importante analisar que os termos “aprovação” e “reprovação” devem ser ressignificados, para

que não seja uma exclusão daqueles alunos que não consegue alcançar o padrão imposto pelo sistema educacional. Porém, aprovar os alunos sem que estejam preparados para a série seguinte, é uma forma de gerar número positivos de pessoas “alfabetizadas”, sendo que no futuro esses “alfabetizados”, serão os mesmos excluídos nos classificatórios para o ingresso nas universidades, ficando sem a possibilidade de continuar os estudos, ou vivendo à mercê dos cursos profissionalizantes, assim como uma forma de retroceder para a educação do “Estado Novo”, como mencionado anteriormente. Os cursos profissionalizantes têm o seu valor e seus objetivos, mas não podem ser a única opção para os estudantes devido às limitações em seu processo de escolarização.

Sendo assim, é possível fazer outras observações a respeito dessas avaliações. O Exame Nacional do Ensino Médio, por exemplo, tem como objetivo “avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica”, de acordo com o Ministério da Educação. Porém, através dessa avaliação, os alunos participam de uma classificação para que possam ter acesso ao ensino superior. Isso se contradiz, ao que Hoffmann (1993, s/p) propõe “a avaliação é uma reflexão permanente sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” e ao que Luckesi (2005) menciona no trecho a seguir:

Na avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldades. Para isso, não é necessário nem ameaça, nem castigo, mas sim acolhimento e confrontação amorosa. (Luckesi, 2005, p. 33)

Desse modo, os autores dialogam concordando que a avaliação não deveria ser apenas um momento de classificação do aluno, deveria ser um momento de reflexão para que seja capaz de ampliar as possibilidades de uma educação de qualidade. Por isso, a permanência dessas “novas” políticas educacionais provocaram o crescimento do que podemos chamar de analfabetismo não identificado, uma vez que essa aprovação sem que o aluno esteja de fato alfabetizado, pode ser interpretado como mais um número de pessoas que tiveram acesso à alfabetização.

4. O USO DAS REDES SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Após a criação da internet, houve uma aposta na revolução que esse avanço apresentaria para a sociedade, e também nos problemas que poderiam causar o excesso de informações para

uma população que não tivesse um preparo pragmático capaz de acompanhar essa magnitude. Com isso, Texeira e Schiel (1997) conceituam:

A Internet é um mundo novo, colorido, quase sem limites, que simplificada pode ser definida como uma rede mundial de redes de computadores, interligando todos os continentes, alcançando mais ou menos 150 países. Significa dizer que a Internet tornou-se uma biblioteca cibernética universal, com vários bibliotecários, onde cada um utiliza um determinado serviço de pesquisa, para encontrar o que deseja na rede. (Texeira; Schiel, 1997, s/p.)

Os autores buscam explicitar a ideia de que a *internet* veio para complementar positivamente o mundo, e que pode ser entendida como uma “rede mundial de redes de computadores”, isso evidencia que é uma rede globalizada e possui as mais variadas informações da maioria dos países e com isso é oferecido um “serviço de pesquisa” capaz de entregar as informações de forma mais rápida e completa.

A partir disso, Revelli (2000) destaca que a revolução e a riqueza de informações presentes na internet, se dá por meio do *ciberespaço*, que se conceitua como um “espaço” onde se tem troca de dados, que seriam as informações. Isso significa que por meio desse espaço virtual, os usuários da rede conseguem acessar informações entre si, tendo assim relações e comunicações, podendo até facilitar a publicação das próprias informações, ou seja, informações de âmbito pessoal e privado. Nesse caso, são conhecidos como Redes Sociais.

Porém, Lesca (1986) alerta que devido ao excesso de informações presentes nessas redes, surgem dificuldades no acesso as informações pertinentes e verdadeiras, o que resulta em uma atenção maior a essas pesquisas rápidas de informações de ordem pessoal, por isso a população precisa ser educada para que consiga utilizar as Redes Sociais e sites de buscas de forma eficiente.

Tendo em vista esses diálogos teóricos, pode-se fazer observações quanto o uso da internet na sociedade contemporânea. É perceptível que pelo menos 5,64 bilhões de pessoas ao redor do mundo têm acesso à internet, contando até abril de 2025, de acordo com o Relatório dos Dados Digital Global, divulgado pelo site Datareportal. A partir desses dados é possível entender que a internet se tornou parte da vida de 68,7% da população mundial.

Com base nos dados citados, é perceptível que a sociedade vive sob a necessidade da utilização da internet, e assim inevitavelmente todos se tornam usuários da internet, isso aconteceu principalmente após o avanço da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, pois ocorreu um processo de globalização acelerado, no qual a maioria da população teve que se adaptar a essas inovações tecnológicas.

Antes da pandemia, a internet era vista apenas como uma opção a mais, já existiam muitos usuários, aplicativos de comunicação e aparelhos celulares com avanços significativos. Durante a pandemia, a internet tornou-se a única fonte de contato com órgãos governamentais, bancos, lojas, entre outros. E no pós-pandemia, se ampliou as possibilidades do uso da internet, desse modo a cada dia surgem novos aplicativos e as plataformas se reinventam o que também faz surgir novos desafios. Os aparelhos celulares são lançados a todo instante com avanços extraordinários, câmeras que conseguem captar os mínimos detalhes e todos esses benefícios com preços cada vez mais baixos. E isso, se reflete na sensação de tempo decorrido devido aos inúmeros avanços tecnológicos que dão a sensação de que tudo aconteceu em uma década e não alguns anos.

Dessa forma, dentro da internet, é possível se deparar com o fato de muitas vezes só em falar sobre algo ou mesmo pesquisar sobre algum interesse, dados semelhantes se tornam recomendados diariamente para esse usuário da rede, de acordo com a sua necessidade. A partir disso, Meireles (2021) explica:

A mídia direcionada, o sistema de sugestões e os filtros de conteúdo observados no uso da internet e de aplicativos são exemplos cotidianos em que os algoritmos atuam na tentativa de influenciar as escolhas individuais. Os dados pessoais são coletados, extraídos, analisados, processados e tratados por máquinas para finalidades pouco transparentes. Algoritmos simples ou inteligentes analisam, comparam e tratam informações dos mais variados formatos a todo momento. (Meireles, 2021, p. 29)

A autora sintetiza o processo que acompanha essas recomendações, e como esses programas agem a partir dos dados das pesquisas e do próprio usuário. Através desses algoritmos, os dados são absorvidos, “analisados” e tem uma finalidade “pouco transparente”. Após esse processo, esses dados são utilizados para que possam dar sugestões semelhantes das pesquisas, possam conhecer os gostos pessoais dos usuários e por fim, influenciar nas escolhas deles. Após isso, Meireles (2021) conceitua a diferença entre Algoritmos e Algoritmos Inteligentes

[...] enquanto os algoritmos são códigos computacionais escritos para resolver problemas específicos, os algoritmos inteligentes – sejam eles chamados de inteligência artificial ou *machine learning* – são programados para solucionar problemas. O próprio programa assimila a resolução (Meireles, 2021, p. 29)

Contudo, é conceituado que os algoritmos comuns, são códigos presentes nos sistemas dos computadores, que são capazes de resolver alguns problemas relacionados a falha sistemática. E os algoritmos inteligentes, sendo Inteligência Artificial - IA, são programas para

solucionar problemas. Um programa de IA muito utilizado nos dias atuais, é o *ChatGPT*. A partir disso, Silva e Vicentin, explicam:

ChatGPT é um chatbot baseado em inteligência artificial desenvolvido pela *OpenAI*. O programa faz parte de um grupo de tecnologias reconhecidas como *Large Language Models*, mais especificamente o modelo *Generative Pre-trained Transformer*, ou GPT. Seu objetivo principal é a geração de texto, que é feita a partir de interações com o usuário, numa espécie de conversa, em que ele responde aos prompts (perguntas, instruções, ordens, comandos etc.) que são sucessivamente inseridos. (Silva; Vicentin, 2024, p. 1)

Por isso, pode-se compreender que o *ChatGPT* é um programa que gera texto através de uma interação entre robô e usuário, ele é capaz de responder qualquer coisa que esteja na internet, a partir de “perguntas”, “instruções”, “ordens”, “comando”.

Embora, o *ChatGPT* sirva em partes, beneficemente para a sociedade, é preciso compreender que “eles não aprendem ou raciocinam como os humanos, isso pode fazer com que seus resultados sejam difíceis de prever e explicar” (Tutt, 2016, p. 87). Isso significa que há muitas margens de erros no uso, eles podem dar a resposta errada ou até mesmo desenvolver textos vagos de ideias, isso facilita para diferenciá-los dos textos produzidos por seres humanos.

Esse avanço é acessível para todos os usuários da internet, isso significa que muitos poderão fazer um bom uso, e outros muitos, poderão utilizar de forma inapropriada e se prejudicar. Com essa discussão, é possível se ter a interpretação que a internet é de fato essencial para a sociedade, porém implica que a sociedade deve estar preparada para o uso apropriado dessa rede extensa de informações.

Levando em consideração a evolução do uso das redes sociais na contemporaneidade, observando que o seu uso é privilegiado pelos brasileiros, uma vez que havia até 2014, 187,9 milhões de pessoas com acesso a rede, assim mostra a pesquisa realizada pelo site DataReportal (2014), surgem “questões importantes” em relação tanto à alfabetização quanto ao analfabetismo e a utilização das redes sociais, sobre isso Da Conceição e De Paula Pessoa (2018) afirmam:

Questões importantes devem ser levantadas acerca de como analfabetos e analfabetos funcionais usam celulares, se eles conseguem se comunicar em uma sociedade cada vez mais baseada em texto e como eles lidam com o comércio eletrônico, processos seletivos on-line de emprego e busca de informações na internet. (Da Conceição; De Paula Pessoa, 2018, p.7)

A partir dessas questões, é importante observar de que forma o que as autoras denominam de analfabetismo se apresenta nas redes sociais, uma vez que as pessoas não alfabetizadas utilizam a internet com frequência. Como resultado disso, Ribeiro (2006) e a

UNESCO (2006) afirmam que ao estarem nessa posição, esses indivíduos se tornam impossibilitados de ascender de forma pessoal e profissional, bem como de se desenvolverem na aprendizagem letrada durante a vida. Além disso, quanto mais as tarefas “diárias” e de “consumo” evoluem para a “comunicação” no formato textual, característica das Redes Sociais, a inaptidão de escrita e de leitura se torna uma barreira significativa para as pessoas de idade adulta que não possuem um nível razoável de letramento, segundo Cobb (2013).

Por causa dessas interações, pessoas analfabetas, têm mais chances de interpretar errado situações digitais, ou seja, ficam mais suscetíveis a cair em golpes ou até mesmo compras indesejadas. Pois, Gau e Viswanathan (2008) explica que a cultura do “*marketing*” muitas vezes foca em consumidores que sejam alfabetizados, e assim desconsidera os que apresentam um baixo nível de letramento ou não ainda não possuem letramento.

Por isso, muitas vezes as notícias falsas podem prejudicar essa percepção, pois, essas pessoas que não foram alfabetizadas ou que foram alfabetizadas, mas que não compreendem o que leem, não conseguem distinguir quando uma notícia revela um fato ou uma opinião, ou ainda não conseguem fazer a verificação de uma notícia, a partir disso, Pinheiro (2021) comenta

Essa noção de ‘verdade’ como propriedade ou caracterização de uma dada realidade, no máximo, colabora parcialmente com a sua própria compreensão, uma vez que envolve não apenas elementos cujos significados seriam, em princípio, restritos, como ‘fato’ ou ‘acontecimento’, mas também elementos cujos significados seriam, por outro lado, mais amplos, como ‘percepção’, ‘opinião’ ou ‘interpretação’. (Pinheiro, 2021, p. 4-5)

O autor busca evidenciar esses fatos comuns em notícias falsas, que é a transmissão dessa “verdade”, que não ressalta o que de fato aconteceu e muitas vezes resulta na construção de “opinião” e da própria “interpretação” para se provar um ponto, isso causa uma confusão em pessoas que não tem o discernimento de diferenciar esses fatores, e a partir disso “os homens não encontram a verdade. Fazem-na, como fazem sua história” (Veyne, 1984, p. 10). Isso significa dizer que se essas pessoas, que não conseguem verificar uma informação ou analisar o texto, não encontram a verdade na escrita, elas constroem a própria verdade, e essas notícias falsas ganham forma e são perpetuadas.

Contudo, um exemplo real que pode ser citado de um caso que trouxe prejuízo em massa devido essas “notícias” é o surto de doenças que já haviam sido erradicadas por causa das vacinas. Isso acontece devido alguns movimentos antivacina que distribuem notícias que não tem comprovação científica, e que muitos pais acreditando em notícias falsas constroem medo a partir dessas leituras e com receio não vacinam mais os filhos (Kfour, 2020, s/p).

Essa temática também é retratada no site Biblioteca Virtual em Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde, em uma publicação que ressalta que devido as “percepções enganosas” as pessoas estão deixando de se vacinar. Outro fato que comprova que as notícias falsas estão presentes no Brasil, é o fato de o Ministério da Saúde (2025) precisar apelar para a conscientização da população através de postagens no site oficial do Governo Federal, em que desmentem algumas notícias falsas relacionadas à vacina, para tentar incentivar a população para que volte a se vacinar.

A partir das discussões e exemplos citados, é possível observar a necessidade de se buscar possibilidades através das redes de informação para que seja possível minimizar os impactos do analfabetismo, uma vez que a *internet* é uma das fontes de comunicação mais utilizadas no mundo. Dessa forma, esse meio digital pode sim se apresentar como aliadas para a alfabetização, pois, Costa Jr. (2012, s/p) em seu livro *Tempos digitais: ensinando e aprendendo com tecnologia*, revela que o uso dessas mídias digitais simboliza “uma nova gramática pedagógica”. Nesse sentido, é possível afirmar que esse meio pode ser utilizado nos contextos educacionais, para além do uso somente na escola.

4.1. Cibercultura e letramento digital

A Cibercultura é um novo fenômeno que cresce em constância conjuntamente com o espaço digital, sendo algo inevitável nas relações sociais que são proporcionados pelas redes de *internet*. Para isso, Lévy (1999, p. 17) conceitua a Cibercultura como sendo “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.”. Isso quer dizer que dentro da internet existe uma cultura própria, tendo até mesmo suas próprias modalidades e costumes entre os usuários. Um dos pontos a se analisar é a escrita e os modos de se comunicar na internet, sobre isso Komesu e Tenani (2009) em seu artigo *Considerações Sobre O Conceito De “Internetês” Nos Estudos Da Linguagem* denominam os textos produzidos em diálogos entre dois usuários da Rede Social: *Orkut* como “Internetês”, e assim conceituam:

O internetês é conhecido como forma grafolinguística que se difundiu em textos como chats, blogs e demais redes sociais. Seria uma prática de escrita caracterizada pelo registro divergente da norma culta padrão, [...], razão pela qual seus adeptos são tomados como “assassinos da língua portuguesa”, do ponto de vista dos avessos a essa prática de escrita. (Komesu; Tenani, 2009, p. 624)

As autoras afirmam que essa linguagem surgiu em formato de texto, a partir de “Chats”, “Blogs” entre outras redes sociais. E com isso, explica sobre a crítica em cima disso, em que por não serem convergentes com a norma padrão, esse vocabulário é visto como uma forma de extermínio da língua estabelecida. A partir disso, Komesu e Tenani (2009) concluem:

A prática de abreviação, o banimento da acentuação gráfica, o acréscimo ou a repetição de vogais, as modificações do registro gráfico padrão, com troca ou com omissão de letras, são alguns dos traços que podem ser observados na ortografia desse texto [...]. É esse quadro que, apresentado ao não-iniciado, é quase sempre tomado como “simplificação da escrita”, com consequente “morte da língua”. (Komesu; Tenani, 2009, p. 624)

As autoras apontam que essa linguagem é repleta de abreviações, sem acentos, repetindo ou colocando mais vogais, ou seja, são formas de facilitar a escrita no contexto de uso na *internet*. Assim a linguagem utilizada na internet envolve palavras abreviadas, expressões, imagens e sons por meio de áudios pessoais, ou não, em algumas plataformas como *WhatsApp* e *Instagram*, por exemplo.

Desse modo, pessoas que não são alfabetizadas, ou mesmo aquelas que conseguem decodificar sendo consideradas analfabetos funcionais, e até mesmo os analfabetos digitais, conseguem se comunicar por essas plataformas e isso acontece por meio dos áudios enviados e recebidos, por meio das imagens, dos memes. Com isso, Vieira (2024) traz dados do analfabetismo digital, denominando ele como uma novidade na pesquisa, na qual apontam que:

[...] Analfabetismo Digital (novidade na pesquisa)

- 95% dos analfabetos funcionais têm habilidades digitais muito limitadas.
- 40% dos alfabetizados proficientes tiveram desempenho médio ou baixo em tarefas digitais.
- 36% dos jovens (15 a 29 anos) apresentam alto desempenho digital.

Ao apontar que mesmo 40% dos alfabetizados proficientes tiveram desempenho médio ou baixo em tarefas digitais é importante pensar em letramento digital, expressão que Souza (2007, p. 57) explica que Serim (2002) conceitua como “usar a tecnologia digital, ferramentas de comunicação e ou redes para acessar, gerenciar, integrar, avaliar e criar informação para funcionar em uma sociedade de conhecimento.

Já a *Association of College & Research Libraries* conforme Cesarini (apud Souza, 2007, p. 57) considera o letramento digital como "uma série de habilidades que requer dos indivíduos reconhecer quando a informação faz-se necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação necessária".

Portanto, no mundo atual em que a comunicação acontece prioritariamente por meio das redes sociais e por meio da comunicação digital é fundamental que haja uma preparação para que os usuários das redes saibam utilizá-la adequadamente. Contudo, levando em consideração que letramento pra Magda Soares é:

[...] o desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções. (Soares, 2021, s/p)

É importante apontar que aquele indivíduo que é letrado digitalmente é capaz de interagir com diferentes interlocutores utilizando as mais diversas linguagens disponíveis na rede com os mais diversos objetivos apresentando habilidades de ler e escrever compreendendo os textos ao ter acesso e utilizar as plataformas digitais disponíveis e necessárias ao seu uso.

Assim, é importante que se possa desenvolver alfabetização, isso porque se a maioria da população tem acesso ao celular e a rede de internet, possivelmente seria viável utilizar desse meio para assim propor meios de desenvolver, posteriormente o letramento digital.

Portanto, Rojo (2012), explica que além do letramento convencional, como obras jornalísticas, literária, entre outras, se faz necessário o multiletramento, como por exemplo o uso da internet, como vídeos e blogs, na intenção de compreenderem o porquê e para que estejam produzindo as atividades proposta pelos professores.

Para que seja possível ensinar toda essa variedade de letramentos, é possível usar a própria *internet* para ensinar. Levando em consideração esses fatos, Pereira et al. (2019) dispõe que as “redes sociais são hoje um dos maiores canais de comunicação, que atinge as mais variadas gerações, tendo os jovens a sua maior concentração”, por esse motivo como o uso das redes da internet, como aplicativos, pode ser uma fonte de ensino também, e é principalmente considerada – pelos autores – como algo contemporâneo e que facilita a compreensão de conteúdo.

5. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO AO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Tendo em vista as discussões propostas é possível notar a importância e os desafios do uso do meio digital no século XXI, e que atualmente também é utilizada na educação. Em se tratando da educação em massa do país, é possível identificar os números exorbitantes de analfabetismo.

Dessa forma, levando em consideração os benefícios da internet, pode-se citar uma possibilidade para a redução de analfabetismo no Brasil. Sendo ele, por meio de aplicativos móveis – voltado para a alfabetização infantil – ou até mesmo um site que permite a criação de outros aplicativos de forma rápida e fácil. Sendo assim, é possível utilizar ferramentas desses meios para a aprendizagem.

5.1. Uma sugestão do uso de aplicativos móveis para a redução do analfabetismo funcional no Brasil.

Ao pensar em propostas para minimizar o analfabetismo, é preciso considerar que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) são relevantes para o ensino, porém Coscarelli (2006) adverte que somente a TIC não é qualificada como educacional, pois, isso dependerá da aspiração destinada para o seu uso voltado ao contexto da educação. Isso significa que as TICs não trabalham sozinha, elas precisam ser direcionadas para que haja um uso educacional e competente.

Quando se analisa o uso das tecnologias de informações, Bottentuit Júnior et al. (2019) explicam que por ser um meio prático e atrativo pela população mais nova que já nasceu inserida nesse contexto digital, surge a “aprendizagem móvel”, que consegue oferecer essas possibilidades de atratividade no próprio ensino. Após isso, eles concluem que:

Perante essas mudanças promovidas pelas modificações e imersões nas práticas da cibercultura, os aplicativos (Apps) e softwares educacionais surgem em vasta gama como contribuições no processo de desenvolvimento cognitivo, e dentre eles incorporam a integração de dois temas que explanam interrogações por parte de educadores/as e pesquisadores/as: tecnologia e alfabetização. (Bottentuit Júnior et al., 2019, p. 39)

Sendo assim, os autores colocam como proposta a junção da tecnologia e alfabetização, as tecnologias por estar em um formato de atratividade e na presença constante que elas têm na vida dos brasileiros dessa nova geração, e a alfabetização, por ser uma necessidade pública.

Nessa discussão os autores são a favor do uso das tecnologias móveis presentes nas práticas de aprendizagem, pois de acordo com os autores se essas tecnologias forem validadas e inseridas no contexto das pessoas analfabetos, podem ser usadas de forma benéfica para a alfabetização.

Ademais, no artigo *Aplicativos móveis para a alfabetização e letramento no contexto do ensino fundamental* dos autores Bottentuit Junior et al (2019), abordam os benefícios que os aplicativos móveis trariam para a alfabetização. Como forma de intervenção, eles citam que os autores Melo; Boll (2014), Silva et al. (2015) e Costa et al. (2015) que trazem como proposta o

uso da uma plataforma online chamada “Fábrica dos aplicativos”³, que permite que facilmente se crie aplicativos voltados às necessidades individuais, sem que seja dominado a linguagem da programação, sendo assim, eles destacam que a partir desse site, pode ser criado novos aplicativos que sejam voltados para a alfabetização, de forma personalizada e idealizada pelos criadores.

Além do mais, os autores do artigo, trazem uma tabela de sugestões de aplicativos já criados que podem ser utilizados no contexto da alfabetização, um deles é o *Alfabetizando* (DITEC) que é voltado para alfabetização infantil e foca na codificação e decodificação das palavras, e também desenvolve as habilidades de compreensão e de interpretação desses códigos escritos.

Em se tratando do analfabetismo para as idades de 4 a 9 anos, existe também o aplicativo *EduEdu* que foi desenvolvido pelo Instituto ABCD, na qual o usuário passa por uma avaliação diagnóstica para que o aplicativo consiga identificar a dificuldade enfrentada pelo leitor em relação a língua portuguesa, a partir disso, o aplicativo gera atividades alfabetizadoras que podem ser impressas ou utilizadas digitalmente. Com isso, ele vai mostrando toda a evolução que o usuário está tendo. Essa é uma forma de estimular a aprendizagem de forma divertida e descontraída.

Portanto, nota-se que já existem diversos aplicativos educativos com a intenção de minimizar os impactos do analfabetismo, e existem também possibilidades, através do site citado, nas criações futuras de aplicativos mais avançados que possam até influenciar no letramento convencional e no digital.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrendo toda essa discussão e do diálogo entre os teóricos a respeito dos conceitos de *internet* e de analfabetismo, é possível analisar que a internet é um fator em que mais é evidente a presença do analfabetismo, sendo ele, convencional, funcional e digital.

A partir disso, surge diversas questões entre o abismo da internet e a educação: “será possível utilizar a internet como um meio educacional?” ou “Como a partir da Alfabetização plena essas pessoas conseguem ser um letrado digital?”. Uma resposta viável seria que o fato da internet ser revolucionária e muito utilizada, se torna um meio fácil de ensinar de forma rápida e sutil, e a partir disso, pode-se compreender, como resposta da segunda questão, que

³ Disponível em < <https://fabricadeaplicativos.com.br/> >.

esses dois passos: Alfabetização Plena e Letramento Digital, são processos que se complementam, porque seria difícil para uma pessoa que não tem um domínio bom de leitura desenvolver um domínio digital, em que precisa a todo instante fazer leituras e analisar cada dado em que é pesquisado. Então, surge a necessidade primária de ser ter uma alfabetização.

Contudo, essa pesquisa surgiu sob a necessidade de sugerir mais um meio de ensino, uma vez que não existe tantas pesquisas direcionadas com esse foco. E serviu para dialogar com os teóricos de várias áreas, sendo de humanas, ensino, linguagem e tecnologia, com o único propósito: a educação. Com o desenvolvimento dessa pesquisa, ocorreu a comprovação de que é possível utilizar esses meios gratuitamente – aplicativos - para encontrar algumas possibilidades de intervenção para o Analfabetismo que é tão presente no cenário Brasileiro.

Portanto, nessa pesquisa foi retratada a estrutura do Brasil, a partir da análise de todo o contexto educacional de todos os períodos importantes, a influência da *internet* e os números de analfabetismo presentes no Brasil, através de porcentagens e de pesquisas teóricas, e os desafios enfrentados diariamente pelas pessoas que não tem um domínio da escrita e leitura, por meio de notícias.

Ademais, nota-se a relevância de se discutir esse tema e levantar novos estudos que sejam capazes de facilitar o processo de ensino-aprendizagem para que no futuro o Brasil consiga ser um país que tenha uma educação de qualidade, assim como é garantido no Inciso VII, do Art. 206 da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. / O. / As razões da queda na vacinação. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista; CORREA SÁ MENEZ, Messiane Rose; WUNSCH, Luana Priscila. *Aplicativos Móveis Para A Alfabetização E Letramento No Contexto Do Ensino Fundamental*. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, v. 11, n. 01, p. 37–56, 2019. DOI: 10.20952/revtee.v11i01.9812.

BRASIL, *Constituição*, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. *Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Educação é a base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>.

BUZATO MEK. Desafios empíricos-metodológicos para a pesquisa em letramentos digitais. *Trabalhos em linguística aplicada*. 2007; p.45-62.

CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. *Introdução à linguística aplicada* / Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Rosana Denise Koerich, Adriana Kuerten-Dellagnelo. Florianópolis : LLE/CCE/UFSC, 2008.

CESARINI, P. *Computers, technology and literacies*. *Journal of Literacy and Technology*, v. 4, 2004.

CLAVELL, G. G. *O que acontece com nossos dados na internet?* Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/12/tecnologia/1434103095_932305.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CLÍNICA, V. *Por que alguns pais não vacinam seus filhos?* Disponível em: <<https://www.vacineclinica.com.br/por-que-alguns-pais-nao-vacinam-seus-filhos/>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

COBB, F. D. H. *"I Wanna Text, Too!" Examining How Low-literate Adults Use New Communication Technologies and Applications*. Tese de Doutorado em Comunicação – North Carolina State University, North Carolina, 2013.

COSCARELLI, Carla Viana. *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 144p.

COSTA, R. D. A.; ALMEIDA, C. M. M.; NASCIMENTO, J. M. M.; LOPES, P. T. C. *Percepções de acadêmicos sobre o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis como ferramenta de apoio ao ensino e a aprendizagem em anatomia humana*. *Redin - Revista Educacional Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, 2015.

DA CONCEIÇÃO, loreнна silva eunapio. *[pt] baixo letramento e novas mídias digitais: a experiência de indivíduos com baixo letramento em redes sociais e comunicadores instantâneos*. 2016.

DA CONCEIÇÃO, Loreнна Silva Eunapio; DE PAULA PESSÔA, Luís Alexandre Grubits. *A Experiência de Consumidores com Baixo Letramento em Redes Sociais e Comunicadores Instantâneos: um Estudo Exploratório Low Literate Consumers Experience in Social Media and Instant Messengers: an Exploratory Research*. 2018.

Digital around the world. Disponível em: <<https://datareportal.com/global-digital-overview>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DIONÍZIO, T. P., SILVA, F. P. da; DIONÍZIO, D. P., & CARVALHO, D. de M. (2019). *O Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação como Ferramenta Educacional Aliada ao Ensino de Química*. *EaD Em Foco*, 12(1).

DOURADO, B. *Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2025, com insights, ferramentas e materiais/*. Disponível em: <<https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

Educação. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FARIA JÚNIOR, MA de ., & SILVEIRA, SA da .. (2023). *O WhatsApp e a Plataforma no Brasil: uma descrição densa dos agentes articulados nas práticas de controle mediadas pela plataforma*. Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação , 46 , e2023136.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. in Moacir Gadotti, *Paulo Freire: Uma Biobibliografia*, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

G1. *A cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, indica pesquisa; patamar é o mesmo de 2018*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/05/3-a-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-indica-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

G1. *O Analfabetismo funcional atinge 29% da população brasileira*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-jaragua-do-sul/viver-jaragua/noticia/2021/11/12/analfabetismo-funcional-atinge-29percent-da-populacao-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GAU, R.; VISWANATHAN, M. *The Retail Shopping Experience for Low Literate Consumers*. Journal of Research for Consumers, v. 15, 2008.

HELIO L COSTA. *Tempos Digitais: Ensinando E Aprendendo Com Tecnologia*. North Charleston, SC, USA: Createspace Independent Publishing Platform, 2012.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

IBGE. *Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

INAF, E. *Uso educacional do celular com internet ajudaria a reduzir analfabetismo funcional*. Disponível em: <<https://alfabetismofuncional.org.br/uso-educacional-do-celular-com-internet-poderia-ajudar-a-reduzir-o-analfabetismo-funcional-no-brasil/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

JAKOBSON R. *Linguística e comunicação*. 22ª ed. São Paulo: Cultrix; 1999. 162 p.

KOMESU, F., & TENANI, L. (2009). *Considerações sobre o conceito de "internetês" nos estudos da linguagem*. *Linguagem Em (dis)curso*, 9(3), 621–643.

LANKSHEAR C, KNOBEL M. *Digital literacies: Concepts, policies and practices*. Peter Lang; 2008.

LESCA, H. *Sistemas de informação para a gestão estratégica da empresa*, Paris: McGraw Hill, 1986.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática*. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MEIRELES, A. V.. (2021). *Algoritmos e autonomia: relações de poder e resistência no capitalismo de vigilância*. Opinião Pública, 27(1), 28–50.

MELO, Rafaela da Silva; BOLL, Cíntia Inês. *Cultura digital e educação: desafios contemporâneos para a aprendizagem escolar em tempos de dispositivos móveis*. Novas Tecnologias na Educação, v, 12, n. 1, 2014.

MENEZES, E. N. Q. de. *Analfabetismo funcional no Brasil: situação atual e desafios para a educação*. Revista Educação e Aprendizagem, v. 45, 2020.

Monte Castelo. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22490/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Nível analfabeto. Disponível em: <<https://alfabetismofuncional.org.br/nivel-analfabeto/>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Number of illiterates. Disponível em: <<https://uis.unesco.org/node/3297450>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, M.; PEREIRA, A. R. *Analfabetismo funcional: definição e desafios para a alfabetização de jovens e adultos*. Educação e Pesquisa, v. 46, e206693, 2020.

PILETTI, Claudino. *Filosofia da Educação*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

PINHEIRO, P.. (2021). *Fake news em jogo: uma discussão epistemológica sobre o processo de produção e disseminação de (in)verdades em redes sociais*. DELTA: Documentação De Estudos Em Lingüística Teórica E Aplicada, 37(4), 202156104.

REVELLI, C. *Inteligência estratégica na Internet: Comentário sobre o desenvolvedor de atividades de véu e inteligência econômica na web*, 2 ° ed. Paris: Dunood, 2000.

RIBEIRO, Daniela. *Políticas de combate ao analfabetismo funcional no Brasil*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO (SIPE), 3., 2020, Vitória. Anais [...]. Vitória: SIPE, 2020. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisu1.br/index.php/SIEPE/article/view/11946>>. Acesso em: 20/06/2025.

ROJO, R. E BARBOSA, J. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Editora parábola, 2015

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SERIM, F. *The importance of contemporary literacy in the digital age: a response to digital trans formation: a framework for information communication technologies (ICT) literacy*. Mensagem postada em The Big 6: information skills for student achievement em 10 mai. 2002.

SILVA, P. F.; SILVA, T. P.; SILVA, G. N. *StudyLab: Construção e Avaliação de um aplicativo para auxiliar o Ensino de Química por professores da Educação Básica*. Revista Tecnologias na Educação, Ano 7, n. 13, 2015.

SILVA, P.; VICENTIN., D. *O QUE SE SABE SOBRE O CHAT GPT? Uma revisão bibliográfica sobre a última sensação no campo das tecnologias de Inteligência Artificial*. XXXII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – 2024, p. 6, 2024.

SOARES, M. *Analfabetismo funcional: um problema persistente*. Educar em Revista, 34(67), 249-262, 2018.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista brasileira de educação, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. *Contexto histórico da educação brasileira*. Revista Educação Pública, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019.

SOUZA, V. V. Soares. *Letramento digital e formação de professores*. Revista Língua Escrita, n. 2, p. 55-69, dez. 2007.

TEIXEIRA, C. M. de S., & SCHIEL, U.. (1997). *A internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação*. Ciência da informação, 26(1), 65–71.

TUTT, A. “*An FDA for algorithms*”. Administrative Law Review, vol. 83, p. 83 - 123, 2016.

UNESCO. *Education for All Global Monitoring Report 2006*. Literacy for Life. Paris, 2005.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA
DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA
BIBLIOTECA**

1. Identificação do material bibliográfico:

[] Monografia [X] TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Letras-Português

Centro: Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

Autor(a): Maria Eduarda Evangelista Leal

E-mail (opcional): mariaeduardameel@ufpi.edu.br

Orientador (a): Profa. Dra. Ludmila Santos Andrade

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Profa. Dra. Ludmila Santos Andrade

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Profa. Dra. Analice Sousa Gomes

Instituição: Secretaria de Estado da Educação de Goiás

Membro da banca: Profa. Ma. Nayara Cristina Rodrigues de Andrade Silva

Instituição: Instituto Federal de Goiás

Titulação obtida: Licenciada em Letras-Português

Data da defesa: 08 / 07/ 2025

Título do trabalho: Uma leitura do analfabetismo do Brasil: uma proposta de intervenção

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos-PI Data: 18 / 07 / 2025

Documento assinado digitalmente
 MARIA EDUARDA EVANGELISTA LEAL
Data: 18/07/2025 14:09:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) autor(a): _____

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).